



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**PAUTA
PARA A 96ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 19 DE NOVEMBRO DE 2020**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

Moção nº 186, de 2020, de autoria da deputada Carla Morando e outros. Manifesta veemente repúdio à decisão proferida pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal no processo HC 178777, que, por maioria, deferiu a ordem de "habeas corpus", para reestabelecer a decisão absolutória, ante pronunciamento do Conselho de Sentença, formalizado no processo nº 0447.16.001025-5, do Juízo da Comarca de Nova Era - MG, nos termos do voto do Relator, Ministro Marco Aurélio.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 681, de 2020, de autoria do deputado Daniel Soares. Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF, com sede em Campinas.

2 - Moção nº 185, de 2020, de autoria do deputado Frederico d'Avila. Manifesta veemente repúdio ao quadro do programa televisivo Escolinha do Professor Raimundo, veiculado pela emissora Rede Globo, no dia 8 de novembro de 2020, pelo conteúdo inverídico apresentado e pela disseminação de ideias falaciosas, que desvirtuam a realidade do campo no que tange à necessária e segura utilização de defensivos agrícolas para proteção da saúde, abastecimento e consumo alimentar.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 680, de 2020, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a Associação Nova Evangelização, com sede em Franca.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Altera os incisos III e IV e acrescenta o § 9º ao artigo 8º da Lei Complementar nº 1.012, de 5 de julho de 2007.

2 - Projeto de lei nº 678, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Liberdade".

3 - Projeto de decreto legislativo nº 40, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 673, de 2020, de autoria do deputado Castello Branco. Institui o Plano de Atenção Educacional Especializado - PAE para os alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, disgrafia e discalculia) nas instituições de ensino públicas e particulares.

2 - Projeto de lei nº 674, de 2020, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Obriga os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício a informar a substituição de queijo e/ou outros lácteos por produtos análogos.

3 - Projeto de lei nº 675, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Institui o Programa de Adicional Universitário ou Técnico Profissional para integrantes das polícias Militar, Civil e Técnico-Científica do Estado.

4 - Projeto de lei nº 676, de 2020, de autoria do deputado Major Mecca. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sete Barras - APAE, com sede naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 677, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Denomina "Vereador Marcus de Rosis" a ponte localizada no km 65 da Rodovia Anchieta - SP 150, em Santos.

6 - Moção nº 184, de 2020, de autoria da deputada Leci Brandão. Repudia a prática antissindical da Editora Abril ao rescindir a liberação remunerada do Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo - SJSP, determinada em acordo coletivo.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

Projeto de lei nº 679, de 2020, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do artigo 19, inciso II, da Constituição do Estado de São Paulo, a celebrar termo aditivo ao contrato firmado com a União ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para estabelecimento das alterações autorizadas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.